

CONSTITUINTE, ANO 2



O presidente Sarney compareceu à instalação da Constituinte no Congresso, a 1º de fevereiro de 87

Constituinte inicia seu segundo ano sob o signo da indefinição

Luis Eduardo Costa

No próximo dia 1º de fevereiro a Constituinte estará completando um ano de vigência. Será a mais longa da história do País — que já teve cinco desde a sua Independência — embora seja a mais democrática em permitir a participação de entidades da sociedade civil, que contribuíram com 112 emendas ao projeto constitucional, reunindo 10 milhões e 700 mil assinaturas. No entanto, a Assembleia vive um conflito desde a sua instalação: a ameaça à soberania pelas insistentes intervenções políticas do Governo em suas decisões, como é o caso do mandato do presidente Sarney e do sistema de Governo.

O primeiro indicio de que o processo constituinte seria difícil e cheio de contradições surgiu com a elaboração do seu regimento interno. Essa etapa durou quase dois meses, em que o ponto basilar das discussões era se a Assembleia era ou não soberana para deliberar questões de relevância da vida nacional durante o processo de elaboração da nova Carta constitucional. No dia 24 de janeiro esse conflito ficaria claro quando o líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), escolhido para o cargo pelo presidente Sarney sem a intervenção do seu partido, dizia: "Quem for amigo de Sarney retire-se do plenário".

Manobra
Com esta frase o líder do Governo promoveu a primeira manobra para não dar

Sistematização gerou conflito

O grande conflito da Constituinte foi sem dúvida no plenário da Comissão de Sistematização, que demorou quase dois meses para elaborar o primeiro projeto de Constituição e provocou muita polêmica. O resultado foi uma rearticulação das forças conservadoras da Assembleia, que perderam pontos para a esquerda no plenário, até a formação do Centrão, que parou os trabalhos da Constituinte para reformar o regimento interno e apresentar substitutivos a todos os títulos do projeto.

Aqui, mais uma vez pode se sentir a intervenção do Governo para dois pontos do texto: o mandato do presidente Sarney, que no começo de agosto tinha se definido por cinco anos, e o sistema de Governo, que no projeto já estava estabelecido como parlamentarismo. Nas duas questões o Governo foi derrotado: os constituintes reduziram o seu mandato de 4 para 5 anos e mantiveram o regime de gabinete.

Além dessa questão, os conservadores — ligados ao Governo perderam para os progressistas em temas considerados por eles como cruciais. Foi aprovada a proibição da despedida imotivada — confundida por estabilidade no emprego; a função social da terra para efeitos de reforma agrária; o conceito de empresa nacional, que impõe limites para o capital estrangeiro, direitos e garantias individuais mais avançados; monopólio da distribuição e comercialização dos

derivados de petróleo para as empresas nacionais e reserva de mercado para a informática. A vitória das Progressistas no plenário da Sistematização provocou uma reação imediata dos conservadores, que criaram o "Centrão" e conseguiram 317 assinaturas para alterar o regimento interno da Constituinte. A alteração do regimento, levou 45 dias e foi fundamental para que esses setores conseguissem virar a Mesa e mudar o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização. O antigo regimento estabelecia que não se poderia apresentar emendas substitutivas aos títulos, capítulos, seções e subseções do projeto. Além disso para mudar qualquer dispositivo do texto seriam necessários 280 votos, maioria absoluta dos membros da Assembleia. Se os conservadores não conseguissem esse intento, ficaria mantido o que já estava no projeto. Com a mudança do regimento, o Centrão pode apresentar substitutivos a todos os títulos do texto constitucional. As novas normas da Assembleia permitiram também que a emenda que conseguisse mais de 280 assinaturas de apoio teria a preferência automática na votação.

A última batalha entre os dois grupos começou quarta-feira, quando se inicia a discussão do projeto no plenário da Constituinte. Nesta fase as questões polêmicas serão definidas bem como o mandato do presidente Sarney e o sistema de Governo.

Projetos pautaram Cartas anteriores

Das cinco Constituintes que o Brasil teve até agora, a de 1987 está sendo, sem dúvida, a mais democrática, porque permitiu a ampla participação dos constituintes e de setores da sociedade. Nas quatro assembleias anteriores, uma na época do Império e três na República, comissões foram encarregadas de fazer um anteprojeto constitucional para submeter aos representantes eleitos pelo povo como base à elaboração da nova Carta. Todas também tiveram curta duração, sendo que a do Império foi dissolvida.

Em maio de 1823 o imperador Dom Pedro I instalou uma comissão especial que ficou encarregada de elaborar um projeto de Constituição para ser enviado à Assembleia Constituinte. O perfil era bem liberal e o imperador não gostou, acabando por dissolver a Assembleia em 12 de novembro de 1823. Logo após a proclamação da República, o marechal Deodoro da Fonseca convocou uma comissão especial — em 3 de dezembro de 1889 — para elaborar um projeto de Constituição.

O projeto foi apreciado por um Congresso Constituinte eleito em 15 de setembro de 1890. O papel dessa Constituinte foi o de examinar o projeto já pronto da Comissão e promulgá-lo em 24 de fevereiro de 1891 com poucas alterações, com apenas três meses de discussões.

Vida curta

Em 1930, com o golpe de Estado que derrubou Washington Luís, Getúlio Vargas (então chefe do Governo provisório) e as forças que o apoiavam sentiram a necessidade de se elaborar uma nova Constituição para o País. No dia 15 de novembro de 1933, Vargas apresentou um projeto, feito por uma comissão especial à Assembleia que se instalava.

Da sua composição faziam parte 214 deputados, entre os quais 40 representantes classistas (18 empregados, 17 empregadores, três profissionais liberais e dois funcionários públicos). Em março de 1934 a comissão especial entrega à Constituinte o substitutivo ao projeto de Constituição, que o emenda e elabora em definitivo a nova Carta, promulgada no dia 16 de julho de 1934.

A Constituição teve vida curta. Em 1937, Getúlio Vargas instala o Estado Novo e outorga nova Carta — a "Polaca". Esse período dura até 1945. No dia 2 de dezembro desse ano, são realizadas eleições presidenciais e congressuais, que terá o poder constituinte. A Assembleia foi instalada em 5 de fevereiro de 1946.

quorum à aprovação do regimento interno da Constituinte. Ele temia que fosse aprovado o parágrafo 7º do artigo 57 do regimento, permitindo a adoção do Projeto de Decisão pela Assembleia. Por esse artifício, que foi aprovado mais tarde, a Constituinte pode sustar qualquer ato do Poder Executivo, com aprovação da maioria absoluta. Desde então vários projetos de decisão foram requeridos, mas nenhum foi apreciado pelo plenário, em parte porque o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), tem evitado um confronto com o Executivo. Um desses projetos é de autoria do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que susta a conversão da dívida externa em capital de risco, em tramitação há mais de seis meses.

Monstrengo

No dia 25 de maio, já com sugestões, mais tarde transformadas em emendas de constituintes e de várias entidades da sociedade civil, que apresentaram 112 propostas representando 10 milhões e 700 mil eleitores, cada subcomissão encaminhou o seu anteprojeto às respectivas comissões a que estavam ligadas — para cada comissão havia três subcomissões. No dia 15 de junho as comissões temáticas apresentaram os seus substitutivos à Comissão de Sistematização, já definido o sistema parlamentarista e o mandato de 4 anos para o presidente Sarney.

O relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), concluiu o seu parecer por um substitutivo, no que resultou, dia 26 de junho, no primeiro esboço da nova Carta com mais de 500 artigos, que foi taxado de "monstrengo" pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ). Esse substitutivo recebeu emendas e o relator elaborou um segundo texto, apresentado em 9 de julho, o chamado Cabral I. Este receberia mais emendas, seria discutido e em seguida transformado em Cabral II, com cerca de 300 artigos, em 23 de agosto.

Ulysses reúne líderes para definir a votação

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que em nome do presidente José Sarney tenta abreviar a votação do mandato presidencial, acha que o acordo só não será feito se os partidos não quiserem. «A inversão, ao contrário do que diz o doutor Ulysses, é fácil. Basta que seja apresentado um projeto de resolução neste sentido e este venha a ser aprovado por 280 votos. O que está havendo é má vontade e interesses políticos», disse Sant'Anna.

Carlos Sant'Anna começou ontem a examinar os pedidos de destaque a emendas que interessam ao Governo, seja pela aprovação ou pela rejeição. Ele disse que os parlamentares fieis ao presidente José Sarney deverão assinar os destaques. O prazo para que estes sejam pedidos foi aberto ontem e se encerra amanhã, às 19 horas, caso Ulysses Guimarães não

conceda prorrogação, como aconteceu no último dia 13, a pedido do Centrão.

Até às 14h00 de ontem, tinham sido pedidos 200 destaques. O primeiro da lista foi o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF). Cada constituinte pode, segundo o Regimento Interno, apresentar seis pedidos. Para destacar emenda rejeitada pelo relator Bernardo Cabral, tem de juntar 187 assinaturas, no mínimo.

Maciel

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, disse ontem que não acredita nas articulações que vêm sendo feitas pelo Governo, no sentido de inverter a pauta de votação da Constituinte para que o mandato do Presidente e o regime de Governo sejam votados em primeiro lugar. «As gestões nesse sentido — disse Maciel — não produzirão resultados porque nunca se chegará a um acordo». Na sua opinião o que se deve fazer é tentar um entendimento entre os diversos políticos para que os trabalhos da Constituinte sejam agilizados e se produza, finalmente, a Carta Constitucional.

Certo de que ainda este ano o povo brasileiro escolherá por eleição direta o seu Presidente, Maciel afirmou que cresce a cada dia a credibilidade do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, dentro e fora do PFL, o qual classificou como «candidato natural do partido».

Grupos têm consenso sobre a indenização

Parlamentares ligados ao Centrão e ao Grupo dos 32 reuniram-se ontem e chegaram a um consenso sobre a indenização por demissão sem justa causa. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti, houve acordo também sobre os pontos polêmicos no preâmbulo dos títulos um e dois. No título primeiro, ela disse não haver mais divergência sobre direitos individuais, e deve ser aprovado o preâmbulo proposto pelo Centrão, que, segundo Sandra Cavalcanti, é uma condensação do texto do senador Afonso Arinos.

O Grupo dos 32 e o Centrão caminham para um acordo geral, na avaliação de Sandra Cavalcanti. No título dos direitos coletivos, a indenização percentual sobre o Fundo de Garantia do trabalhador

demitido — um dos pontos mais polêmicos — foi aprovada na reunião. Porém, ainda não ficou definido o percentual. O Grupo dos 32 quer uma indenização de 40% sobre o valor do Fundo de Garantia, somado mais 10% da legislação em vigor, o que daria uma penalização às empresas de 50% do FGTS a título de indenização. Mas o deputado José Lins, do Centrão, acha que o percentual deve ficar entre 4 e 50%. Essa forma de indenização vigorará até que a legislação ordinária regulamente a proposta de indenização progressiva, que deve ser aprovada pela Constituinte.

Destaques
Mais de 230 pedidos individuais

de destaque para a votação de dispositivos das propostas do Centrão e do relator Bernardo Cabral foram apresentadas ontem, primeiro dia de um prazo que se encerra amanhã, à meia noite, para o encaminhamento de requerimentos do gênero.

Na tentativa de neutralizar a forte tendência de prevaletimento do substitutivo do Centrão, o líder do PMDB, Mário Covas, e o grupo progressista que segue sua orientação estão montando um complexo quadro de destaques individuais e coletivos que provavelmente só será apresentado pouco antes do encerramento do prazo. O PT também está preparando destaques, com mais ênfase para os capítulos da ordem social e econômica.

Plenário começa nesta quarta exame do texto

A Assembleia Nacional Constituinte entra nesta semana em fase final e decisiva: a votação do projeto de Constituição no plenário. As sessões começam na próxima quarta-feira (27), às 14h30. A princípio, as sessões se restringirão a este horário vespertino, ordinariamente. Mas se os trabalhos se processarem lentamente, poderão ser convocadas sessões extraordinárias, de manhã ou à noite nos dias úteis, ou até mesmo, a contragosto do Centrão, aos sábados e domingos.

Amanhã, à meia-noite, ex-

Regionais do PMDB querem quatro anos

Salvador — Quatro anos de mandato para o presidente Sarney e cinco para os futuros presidentes da República. Esse foi o voto da maioria dos presidentes de diretórios regionais do PMDB, revelado em pesquisa realizada ontem durante a reunião promovida nesta capital para debater sobre o futuro do partido após a promulgação da nova Constituição. Dos representantes de 11 Estados presentes ao encontro, 8 votaram a favor do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

A pesquisa organizada pela TV Aratu e que teve como escrutinadores da apuração o senador Ruy Bacelar e o secretário estadual dos Transportes, José Pedral, apresentou uma divisão maior dos presidentes de executivos dos vários Estados em relação às questões do sistema de Governo e do candidato do partido à sucessão de Sarney. Seis votaram a favor do parlamentarismo, contra 5 que preferem o presidencialismo.

Quanto aos nomes dos preferidos do PMDB para disputar as eleições de Presidente da República, houve empate nos votos dos presidentes de executivos estaduais entre o senador e líder do partido na Constituinte, Mário Covas, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, cada um deles obtendo 8 votos. O presidente nacional do partido e da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, obteve 3 votos.

Destino

Na presença do senador Mauro Benevides, representante do deputado Ulysses Guimarães na reunião realizada no auditório do Desembargo, os presidentes de diretórios regionais assumiram como decisão principal a proposta de uma convenção nacional do PMDB para dentro de 30 dias após a promulgação da nova Carta Constitucional, «para que o partido possa decidir sobre o seu destino», segundo resumo o presidente do diretório regional da Bahia, deputado Genebaldo Correia.

No final da reunião, o senador Mauro Benevides fez um apelo no sentido de que todos se integrem em um esforço concentrado para apressar a conclusão dos trabalhos da Constituinte.

«Há uma expectativa de que em 70 dias nós últimos esse trabalho de feitura da Constituição. Mais do que isso, frustraria sem dúvida a opinião pública do País», assinalou Mauro Benevides.

Divisão, desde o início

Desde o início dos trabalhos da Constituinte ficou clara a divisão dos seus integrantes entre progressistas e conservadores. No PMDB, o partido majoritário na Assembleia, as diferenças ficaram evidenciadas quando em março o senador Mário Covas (PMDB-SP) foi eleito líder do partido na Constituinte, indicando, sem consultas às bases, todos os presidentes e relatores das subcomissões e comissões temáticas, que mais tarde fariam parte da Comissão de Sistematização.

Além desse aspecto político partidário mais afeito ao PMDB, progressistas e conservadores, que formaram dois blocos distintos atuando independentemente de partidos na maioria das vezes, se debateram com diversas questões, que ainda

hoje são polêmicas, como a reforma agrária, conceito de empresa nacional, sistema de Governo, reserva de mercado para a informática.

Na fase das comissões esta disputa foi sentida na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. As divergências entre os seus membros, notadamente na definição da reserva de mercado para a informática, impediu que o relator, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), entregasse à Comissão de Sistematização seu relatório final sobre as emendas. A questão foi resolvida porque o relator da Sistematização acabou acolhendo uma emenda que protegia as indústrias de informática da concorrência das empresas estrangeiras do setor.